

GEOGRAFIAS DA NOITE

FAZER GEOGRAFIA ATRAVÉS DA LUZ



Teresa Alves
CEG

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
Faculdade de Letras
1699-214 LISBOA
Tel. 21 792 00 00
e-mail: teresa.alves@fl.ul.pt

Palavras-chave: paisagens nocturnas, luz/iluminação, planeamento, cultura, cidadania

0. Introdução

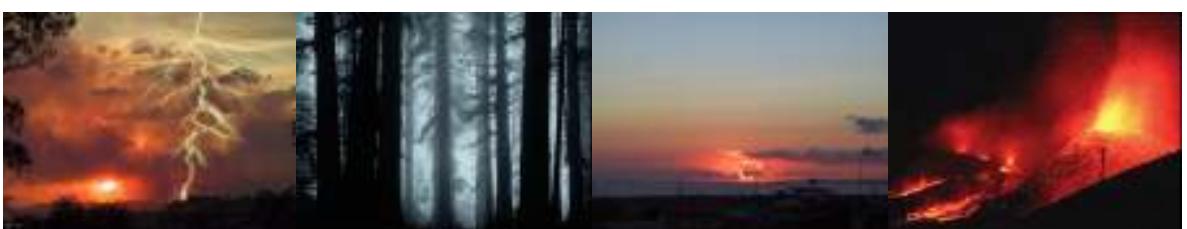
A Geografia tem como objecto de estudo os processos que explicam a diversidade das paisagens urbanas e regionais. Ao longo dos tempos privilegiaram-se as abordagens centradas no estudo das paisagens que emanam da luz natural. As paisagens nocturnas merecem a nossa atenção quando revelam algo de particular - a beleza da mancha resultante da iluminação, um vulcão em actividade, uma trovoadas, um período festivo com muita luz, como as luzinhas de Natal, um fogo de artifício ou as fogueiras dos Santos Populares - ou seja, quando acontece algo que contraria a escuridão e cria um acontecimento com luz. Só muito raramente procuramos desfrutar a noite em busca da escuridão e, mesmo assim, o que queremos realmente são as condições ideais para podermos apreciar o luar ou o brilho das estrelas. A importância da luz no nosso imaginário é tal que raramente conseguimos beneficiar plenamente de outras paisagens que não sejam as visuais. Das paisagens dos sons e dos cheiros só muito raramente se fala e, ainda menos, se desfruta. Recentemente, começaram a surgir abordagens centradas no estudo das paisagens nocturnas, ou seja, aquilo que se poderá designar de geografia da noite. Com esta comunicação pretende-se

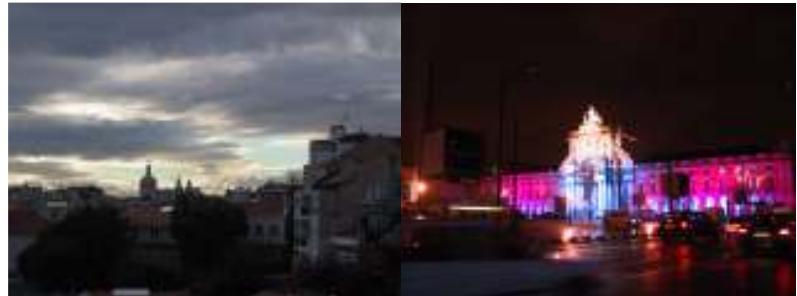
contribuir para a discussão do papel da luz natural e artificial na construção das paisagens nocturnas. Enquanto a luz do dia nos proporciona muita informação, as paisagens nocturnas nascem, acima de tudo, da nossa imaginação. Interpretamos as paisagens nocturnas por fragmentos e substituímos os “buracos negros” onde não conseguimos ver nada por elementos gerados pela nossa imaginação. A luz da noite transfigura, põe em relação ou separa, delimita e organiza, dissimula ou mostra. A luz artificial é um instrumento privilegiado para prefigurar um lugar ou um uso, para dar sentido a um território ou ajudar a descobri-lo.

A luz natural e a iluminação artificial, para além de funções como a segurança e o dar visibilidade, assegurando uma melhor leitura do espaço, têm um papel, cada vez mais importante, no lazer, na criação de bem-estar e na possibilidade da apropriação nocturna do território. De que modo a luz pode contribuir para os processos de segregação e de inclusão em termos espaciais? Como é que a iluminação está a ser incorporada no urbanismo? Como é que a luz pode ser um instrumento de gestão da organização do espaço?

Outra questão fundamental é o desperdício de energia que ocorre na larga maioria das iniciativas relacionadas com a luz artificial. Como é que o planeamento pode contribuir para um uso racional da energia? Como pode ajudar à redescoberta da noite e do céu nocturno? Como é que pode valorizar o contraste entre luz e sombra? O fundamental para um território e para as pessoas que nele vivem não é a quantidade de luz, mas a sua qualidade.

Por fim abordaremos a questão da luz e do espaço público. Hoje considera-se que o território, e, em particular, os espaços públicos veiculam um sentido, valores de uso, memórias, sensações, nomeadamente, estéticas. Surge assim uma reorientação das intervenções de luz no sentido de as colocar ao serviço das pessoas (do seu conforto, do seu prazer e, porque não, dos seus medos) revelando presenças, magnificando espaços, formas e materiais, permitindo uma apreensão diversa dos lugares e dos eventos que aí se desenrolam, contribuindo para a criação de fortes laços de identidade entre as pessoas e os lugares onde habitam.





1. O urbanismo e a iluminação

No imaginário popular a noite esteve sempre associada a todos os perigos - insegurança, criminalidade, desconforto... Até à vulgarização da iluminação, assim que o Sol desaparecia, as pessoas refugiavam-se em casa. Os espaços públicos só eram usufruídos após o pôr do Sol quando a luz artificial, como uma fogueira, ou a luz natural, o luar, o permitiam.

A primeira cidade do mundo a ter iluminação pública com base na electricidade foi Birmingham no Reino Unido, nos anos 30 do século XVIII. As primeiras experiências de iluminação com electricidade em Paris foram em 1844 com a iluminação do obelisco de Luxor na Praça da Concórdia.

Em Portugal a iluminação pública surge em 1780, em Lisboa, com o governo de Pina Manique, e utilizava o azeite como combustível (Serrão, 1979). Em 1848 foram introduzidas as primeiras luminárias a gás. Em 1878 surgiram as primeiras experiências com a electricidade, que só passa a ser utilizada sistematicamente em 1929. Em termos regionais os contrastes foram muito acentuados até à 2ª metade do século XX. A introdução da electricidade na iluminação pública da cidade do Porto ocorreu apenas em 1924 e nas outras cidades o processo foi ainda mais tardio. Em muitas áreas rurais a electricidade só chegou após o 25 de Abril de 1974. A taxa de 95% de cobertura da população residente com a distribuição de electricidade só foi atingida nos anos 80. Ainda hoje continua a haver população rural sem acesso a este serviço, uma vez que devido ao isolamento o custo da instalação da rede pública é muito elevado e ninguém o quer ou pode suportar.

Com o desenvolvimento da iluminação pública e, particularmente, com a difusão da electricidade, os modos de vida das populações mudaram radicalmente. Gradualmente o quotidiano deixou de ser ditado pela sucessão do dia e da noite e foi-se ajustando mais à

necessidade da sequência das tarefas e das funções. O sistema económico, na busca de maior eficácia e maior rendibilidade, utilizou a luz artificial para prolongar a jornada de trabalho, estendendo-a pela noite dentro, ao mesmo tempo que anulou as variações sazonais. A circulação à noite nos espaços públicos tornou-se mais segura devido à iluminação e ao facto de haver mais pessoas nas ruas, o que deu uma nova vida a estes espaços.

Em termos territoriais, todavia, a segregação acentuou-se. A iluminação pública não chegou a todos os sítios ao mesmo tempo, nem com a mesma qualidade. Nas cidades as ruas tidas como as mais importantes foram iluminadas, mas as áreas habitadas pelas pessoas com menos recursos continuaram na escuridão por muito mais tempo. O contraste veio tornar estas áreas ainda mais repulsivas, mais perigosas, mais inquietantes e menos confortáveis.

A iluminação começou por ter apenas funções de visibilidade e de segurança, assegurando uma melhor leitura do espaço à noite. Foi na Exposição Mundial de Paris de 1900 que, pela primeira vez, a luz vai surgir associada ao lazer, à criação de prazer e de bem-estar (Narboni, 2003a), à possibilidade de uma apropriação nocturna da cidade por todas as pessoas. A noite continuava a despertar medos, mas devido a uma série de mudanças sociais e culturais deu-se início a uma nova etapa: a noite passa a estar associada também a aspectos positivos (Paquot, 2000). É o tempo de descanso, do lazer e da possibilidade de usufruir o tempo fora do trabalho.

As primeiras iluminações dos espaços públicos surgiram por iniciativa de famílias abastadas que iluminavam os espaços em redor das suas casas (Serrão, 1979). A iniciativa do desenvolvimento da iluminação pública, em Portugal, resultou de decisões do poder político, mas exploração foi entregue a empresas privadas (Serrão, 1979). A luz fascinava a iniciativa privada, não só pelos lucros, mas também como símbolo de poder.

Durante os anos 20 e 30 do século XX, nos países mais desenvolvidos, para além da iluminação das ruas, avenidas e praças, generalizou-se a iluminação de edifícios como os teatros, os cinemas e os grandes armazéns, que assim se tornavam conhecidos e ganhavam prestígio (Narboni, 2003a). Rapidamente a luz transformou-se num instrumento que permitia dar outro tipo de visibilidade, o que passa a estar em questão não é a segurança, mas o ser reconhecido, a luz passa a dominar as campanhas de publicidade. Em 1925 a Citroen afixou o seu nome em letras luminosas sobre a Torre Eiffel (Narboni, 2003a). A publicidade, através dos anúncios luminosos começa a transformar de forma radical a imagem das grandes cidades. Na antiga Europa de Leste as cidades eram “tristes” porque lhes faltava a animação resultante da publicidade, da sinalética e

do grafismo urbano dos anúncios luminosos. Em Junho de 1990 o sinal mais imediatamente visível da queda do muro, em Berlim, era, precisamente, a instalação de grandes anúncios nos prédios das principais praças da parte Leste da cidade.

A iluminação efémera de espaços públicos, para celebrações, foi utilizada desde cedo. Em Portugal e noutras países por ocasião de momentos festivos (por exemplo casamentos ou nascimentos régios) organizavam-se grandes festas em que o ponto alto ficava associado a manifestações de luz em espaços públicos, dos arcos iluminados aos fogos de artifício. Em Strasbourg, em 1918, a catedral foi iluminada com holofotes do exército para comemorar o armistício (Gwiazdzinski, 2000). Assim, e após um período em que o que imperou foi a escuridão para evitar os bombardeamentos, a luz surgiu como uma forma de afirmar a liberdade de ver e poder ser visto.

As iluminações festivas com carácter permanente só vão surgir mais tarde. Por ocasião da exposição internacional de Paris, em 1937, foi inaugurada a primeira iluminação permanente da Torre Eiffel. Mas foi, sobretudo, após a 2^a Guerra Mundial que se consolidou a tendência de embelezamento permanente da cidade através da luz, afirmando e consolidando a sua visibilidade (Narboni, 2003a). As inovações técnicas associadas à produção e distribuição ao permitiram baixar os preços da electricidade tornaram possível tais mudanças. As transformações políticas permitiram executá-las. Na maior parte dos países europeus, e na sequência da 2.^a Guerra Mundial, a produção e distribuição de energia ficou a cargo de grandes empresas nacionalizadas, pois havia a perspectiva que só nestas condições seria possível atingir os grandes objectivos económicos e sociais da reconstrução. A iluminação pública mais que um meio económico para fazer lucros, passa a ser um bem social que deveria ser colocado ao serviço de toda a sociedade.

Até aos anos 60 o desenvolvimento da iluminação pública fez-se sem planificação, não respondeu a qualquer estratégia definida previamente (Narboni, 2003a). O objectivo era iluminar os espaços públicos, ruas, avenidas ou praças, e o património construído de modo a que as pessoas pudessem ver e ser vistas, revelando os objectos, as formas ou os percursos, criando um sentimento de segurança e de conforto, permitindo uma apropriação nocturna da cidade. As intervenções limitavam-se à escolha das luminárias e do tipo de lâmpadas (Narboni, 2003a). Como a oferta era pouco variada a iluminação tendia a uniformizar a paisagem nocturna, não respeitava a diversidade dos sítios, nem o espírito dos lugares.

Para Roger Narboni (2003b) os primeiros estudos que podem ser considerados formas de planeamento da iluminação pública surgiram com o plano director de ordenamento e urbanismo da Ile-de-France (1964-65). Este plano interveio a uma escala regional e decidiu o surgimento de 5 cidades-novas em torno de Paris. Nos estudos prévios que planearam esta mudança da estrutura urbana ficou definido que havia necessidade de hierarquizar, diferenciar, estabelecer tipologias de iluminação em função das características do uso das vias de comunicação. Estabelece-se, assim, pela primeira vez uma diferenciação no tipo de iluminação conforme as vias se destinavam a peões ou a automóveis. A luz passava a ser um instrumento que poderia ser utilizado no planeamento territorial.



2. A iluminação como instrumento de planeamento territorial

No início dos anos 80, em França, uma reestruturação do poder político descentralizou para as autarquias locais poderes que permitiam aos presidentes das *maires* intervirem na gestão da iluminação dando-lhes, portanto, capacidade de decidir sobre as novas instalações de luz (Narboni, 2003a). Estas mudanças foram determinantes em termos da evolução dos conceitos relacionados com a iluminação pública. Já não bastava escolher luminárias e lâmpadas, o urbanismo passou a contar com um novo instrumento: a luz artificial. A iluminação deixa de ser considerada como um equipamento que se escolhe por catálogo e passa a ser tratada como um elemento do projecto urbano contribuindo, de uma forma decisiva, para o ordenamento dos territórios, para o desenho de espaços urbanos geradores de qualidade de vida para as populações que aí habitam.

Esta fase vai ser marcada decisivamente por intervenções inovadoras que dão à noite uma nova dimensão. A noite transforma-se na paleta onde se criam paisagens nunca vistas, autênticas obras de arte. De entre estas intervenções podemos salientar: o plano de luz para o parque de La Villette (Georges Berne, 1982) que introduziu o conceito da pluridisciplinariedade no

planeamento da utilização da luz e que criou um espaço que revolucionou a percepção ao criar duas paisagens a diurna e a nocturna; a renovação da iluminação da Torre Eiffel (Pierre Bideau, 1986) que aplicou o conceito desenvolvido por Yann Kersalé da luz ao sair de dentro da torre, de modo a revelar a estrutura, criando uma perspectiva completamente diferente do objecto; o concerto para o Papa de Jean Michel Jarre em Lyon (1986) que criou uma paisagem nocturna que apelava a todos os sentidos e que abrangia toda a cidade; e a obra de Yann Kersalé no Grand Palais (1987) onde as luzes vibravam e palpitavam ao ritmo do relógio do Observatório Astronómico, revelando um potencial simbólico nunca visto.

No fim dos anos 80 têm início os primeiros Esquemas de Ordenamento da Luz, em cidades francesas e do Reino Unido (Major, 2003). Em 1992 surge o primeiro plano para a iluminação fora da Europa, em Singapura, mas concebido por uma equipa coordenada por especialistas franceses (Narboni, 2003a).

A problemática da luz começa a abordar questões que vão muito para além do dar visibilidade aos objectos. A luz urbana deixa de se limitar aos domínios do património construído e passa a abranger novos espaços, nomeadamente, as grandes paisagens, como aconteceu com o projecto do Ruhrgebiet, na Alemanha. Surge uma reflexão prospectiva sobre o papel que a luz deve ter na imagem, na paisagem e na ambiência nocturna das cidades. A luz pode dar sentido a um lugar, dar-lhe um novo valor de uso.

As mudanças de filosofia na iluminação acompanharam as mudanças do discurso urbano. Para Laurant Fachard (2003) estas mudanças resultaram do facto de se ter passado a considerar a arquitectura e os espaços públicos como veiculadores de sentido, de valores, nomeadamente, estéticos. Assistiu-se, assim, a uma reorientação das intervenções de luz no sentido de as colocar ao serviço das pessoas, revelando presenças, magnificando espaços, formas e materiais, mas permitindo uma apreensão multivariada dos lugares e dos eventos que aí se desenrolam. A luz passa a desempenhar novos papéis, nomeadamente, pode contribuir de uma forma decisiva para a criação de laços de identidade entre as pessoas e os lugares onde habitam. Para Laurent Fachard a iluminação deveria deixar de ser pública para se tornar cidadã, porque a iluminação é, sem dúvida, uma das grandes conquistas sociais do século XX.

Em simultâneo com este processo de afirmação da iluminação, assistimos a uma tomada de consciência ecológica sobre o desperdício de energia que ocorre na larga maioria das iniciativas relacionadas com a luz - devido à poluição luminosa os EUA enviam para o céu 110 milhões de

dólares por ano; a mancha luminosa emitida por Lisboa é superior à de Madrid, devido ao ineficiente uso da luz. Esta tendência ao chamar a atenção para o desperdício de energia veio reorientar o planeamento da luz no sentido da redescoberta da noite e da obscuridade. Isto não significa um retrocesso da importância da iluminação, mas pelo contrário o reafirmar do poder simbólico que pode estar subjacente a intervenções de luz. Toma-se consciência que a luz só é espectacular se emanar da escuridão, para tal torna-se necessário revalorizar o contraste entre luz e sombra. Dominar a luz abre a possibilidade à descoberta de novas paisagens sonoras, olfaktivas, mas também visuais, nomeadamente, as decorrentes da luz artificial, mas também as que resultam da luz natural do céu nocturno (luar e estrelas), dos vulcões e das trovoadas. Os principais planos de ordenamento da luz tornam-se em planos de obscuridade (Narboni, 2003a). O exemplo de Stromboli, nas Ilhas Eólicas, em Itália, é paradigmático: para que as pessoas pudessem desfrutar do espetáculo do vulcão, em contínua actividade, a autarquia desligou a iluminação pública. A experiência é inesquecível pela beleza das explosões, que só assim pode ser apreciada, mas também pelo estímulo a todas as outras paisagens dos sentidos: cheiros, sons, paladar, tacto...

Nos últimos anos o tema "luz" passou a ser preocupação no planeamento urbano e na definição da imagem das cidades. Alguns municípios, em Portugal, procuraram desenvolver planos-luz para o seu território ou pelo menos para as principais concentrações urbanas. Estes planos estabelecem, em linhas gerais, a diferenciação e a hierarquia das intensidades luminosas em termos funcionais e da importância dos símbolos a iluminar. A tendência é, todavia, para a uniformização das soluções, esquecendo a valorização das especificidades e das dinâmicas de cada lugar. Na iluminação dos monumentos é bem patente este processo, a utilização de lâmpadas semelhantes fazem com que todos os castelos, todas as catedrais, todos os edifícios relevantes sejam profusamente iluminados, com luzes mais ou menos amarelas, mas sempre com uma intensidade exagerada que esmaga as formas e não revela a diversidade dos materiais.

Um projecto de luz deve contribuir para ajudar a identificar lugares essenciais, como nós, portas, rotundas, pontos de referência, locais onde é necessário tomar decisões de orientação ou que ajudam a criar um referencial que permite identificar o território. A luz pode dar coerência territorial a um espaço fragmentado pelo crescimento urbano desordenado, através de uma mudança de cor ou de um elemento de arte de luz podemos compreender que mudados de concelho, de freguesia ou de localidade. A iluminação pode contribuir para diminuir barreiras

topográficas, como as margens de um rio, uma colina, uma via de comunicação, facilitando a leitura do território. A utilização de diferentes tipos de iluminação para prefigurar diferentes tipos de usos do espaço (residencial, comercial, lazer, transportes, etc.) ajuda a identificar a estrutura urbana e aumenta a rapidez e a capacidade de dominar ou conhecer um dado território. O conhecimento do território é um factor estratégico na resolução dos problemas de insegurança. Mais do que a quantidade de luz que se coloca no espaço público é a qualidade dessa luz, através da capacidade de nos transmitir informações, que permite alcançar objectivos como a segurança e o conforto, que por sua vez são elementos estratégicos da vivificação dos espaços públicos.



3. Utilizar a luz artificial como um utensílio na criação de paisagens

A luz artificial tem a capacidade de dramatizar os espaços, de valorizar o carácter heróico das construções, de magnificar estruturas, de revelar materiais, de gerar uma identidade global ao mesmo tempo que pode estimular a diversidade criando ambiências diferentes de um lugar para outro. O que há de semelhante, e ao mesmo tempo de diferente, entre os centros históricos das principais cidades europeias é que o ambiente criado pela iluminação dos espaços públicos nos permite ler e dominar rapidamente os aspectos essenciais de territórios até há pouco desconhecidos, mas a utilização de diferentes opções técnicas e estéticas permitem criar situações bem diversificadas. Veja-se o exemplo da Grand Place de Bruxelas, onde se optou apenas por uma iluminação pública limitada, que permite revelar as belíssimas fachadas pelo contraste com as iluminações específicas de alguns edifícios, quer pela luz que sai de dentro das cervejarias e dos restaurantes. A obscuridade que reina nesta praça só a enaltece e serve ao mesmo tempo para estimular a animação nocturna.

Outro caso é do Bairro de Montmart em Paris onde a par dos esforços dos comerciantes para chamar a atenção para os seus estabelecimentos com iluminações muito exageradas, nalguns

casos agressivas, se procura criar ambientes intimistas, onde reina uma certa obscuridade e donde é possível desfrutar plenamente o espectáculo das luzes na Cidade Luz.

No núcleo antigo de Edimburgo a luz dos projectores que iluminam as fachadas é suficiente para garantir uma iluminação geral considerada razoável e favorece os edifícios cujo valor estético se deseja pôr em destaque.

Em Nápoles pelo contrário, a ausência de uma política concertada de iluminação dos espaços públicos conduziu à proliferação caótica de projectores colocados pelos comerciantes que assim pensam defender o seu património. A recuperação da Spaca Nápoles – o núcleo antigo e pobre do centro da cidade - continua comprometida, favorecendo ainda mais a proliferação das actividades ilícitas. Ao mesmo tempo, o facto da praça em frente da Estação Central ser um dos poucos sítios com muita iluminação promoveu a concentração dos sem-abrigo, gerando paisagens de extrema miséria quer de dia, quer de noite. As consequências em termos de ambiência nocturna da cidade são desastrosas, levando a uma segregação espacial cada vez mais acentuada.

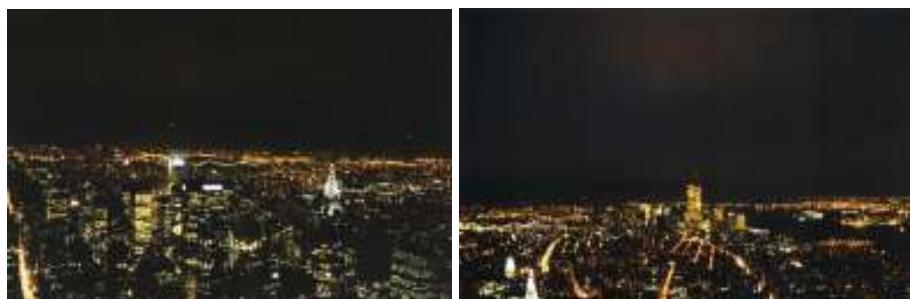
A luz renova o olhar pois torna visíveis aspectos desconhecidos, altera as formas dos edifícios e territórios, modifica as percepções diurnas dos espaços e edifícios, desmaterializa superfícies e cria novas sensações. Quando à noite chegamos ao cimo da Serra da Gardunha e podemos alcançar com a vista, em toda a sua extensão, a Cova da Beira estamos perante uma paisagem que dificilmente reconhecemos como a que podemos observar durante o dia. À noite a imensidão de luzes faz-nos crer que estamos perante uma enorme área metropolitana, com densidades apreciáveis de construção e de ocupação. De dia verifica-se que o povoamento é disperso, com núcleos urbanos bem consolidados como o Fundão ou a Covilhã, mas a paisagem continua a ser dominada por extensas áreas rurais.

A cidade de Istambul está rodeada de extensas áreas de construções, mais ou menos precárias, onde habitam milhões de pessoas que nas últimas três décadas chegaram à cidade em virtude de um fenómeno de intenso de êxodo rural. De noite, estas áreas parecem imensas árvores de natal, com luzinhas que brilham de uma forma encantadora. Quando amanhece e deparamos com o espectáculo da pobreza e da miséria destes bairros, compreendemos como a beleza do contraste entre a escuridão e a luz, pode alterar radicalmente a leitura da paisagem.

A importância da luz artificial na reconstrução de cidades, como Beirute (Líbano) e Ho Chi Minh (Vietnam) destruídas pela guerra, ficou patente no estudo desenvolvido por Combarel (1995). Na ausência da recuperação da iluminação pública, foram os anúncios luminosos que ao criarem

espaços agradáveis durante a noite conseguiram recriar os lugares sociais onde as pessoas se reuniam e conviviam. A paisagem de ruínas, insuportável durante o dia, transformava-se à noite através da iluminação proporcionada pelos anúncios, numa paisagem virtual, agradável que foi permitindo uma certa regeneração da vida urbana.

A capacidade plástica da luz artificial é um instrumento de transformação dos territórios e de construção de novas paisagens urbanas. Las Vegas é o paradigma da cidade definida pela lógica da sinalética e da comunicação gráfica baseada em instalações de luz. Cidade onde a noite é o momento alto da actividade económica, a luz cria e recria paisagens hollywoodescas que atraem à cidade milhões de visitantes.



Em Nova Iorque a beleza da *sky line* de Manhattan resulta de milhões de pontos luminosos criados pela textura das janelas que se destacam em contraste na paisagem, mas também pela heterogeneidade dos topos dos arranha-céus que identificam os edifícios numa espécie de competição. Recentemente o edifício da CNN na Times Square transformou-se no centro de uma nova experiência urbana. Na fachada os anúncios e os sinais deram lugar a placas de pixels que combinam as propriedades da televisão, dos monitores dos computadores e dos grandes ecrans de cinema e permitem, com base nas tecnologias informáticas mais recentes, transformar a paisagem a uma velocidade nunca vista. Para Gandlersonas (2003) na Times Square o espaço urbano adquiriu as propriedades dos médias, folheia-se como uma revista, pode-se fazer zapping como na televisão ou surfar como na Internet. O simbolismo da luz na sociedade americana ficou bem patente quando, para comemorar o primeiro aniversário do 11 de Setembro, se optou pela singeleza e, ao mesmo tempo, pelo magnífico espectáculo de dois imensos focos na direcção do céu.



A luz pode dar sentido a um lugar, dar-lhe um novo valor de uso. A obra de Yann Kersalé Nuit des Docks (Saint-Nazairé, 1989) constitui um marco na história da utilização da luz como um utensílio para requalificar um território. Através de uma intervenção de luz um espaço até aí ignorado pelos habitantes, o porto e a antiga base de submarinos, passou a ser um lugar para ver e ser mostrado aos visitantes, reconciliando as pessoas com o seu território (Kérsalé, 2003).



Rurgebiet (Alemanha) é um projecto de transformação cultural de uma região em que a luz é um dos instrumentos estratégicos (Alves, 2004). O Ruhr é uma antiga região industrial em crise: com graves problemas sociais, nomeadamente, uma alta taxa de desemprego (a última mina a encerrar em 2003 criou 5500 novos desempregados); com graves problemas ambientais (poluição sonora, visual, águas e ar). O desafio era transformar uma região repulsiva num espaço agradável para viver e num potencial destino turístico. O objectivo era mudar a paisagem, mas sem terem de se submeter à lógica do crescimento económico. A opção foi modificar radicalmente a paisagem através da valorização do património, recuperando o sentimento de pertença, encorajando a apropriação dos antigos espaços industriais pelos habitantes, promovendo o desenvolvimento de serviços culturais. O instrumento fundamental foi a luz artificial. O resultado final foi a transformação das velhas estruturas industriais, responsáveis pelo mau nome da região, em obras

de arte, fontes de uma nova imagem e de novos simbolismos, capazes de novas utilizações e destinadas a públicos variados.

Conventry foi uma cidade medieval muito rica, mas o património edificado foi destruído com os bombardeamentos da 2ª Guerra Mundial. Nos anos 80, a cidade entra em crise com o encerramento das grandes unidades ligadas às indústrias do automóvel; acentuam-se os problemas sociais, como o desemprego e a criminalidade. A consciência colectiva dos habitantes, a ligação afectiva à cidade ficou muito fragilizada. O poder político consciente dos problemas e, particularmente de como a cidade era desagradável à noite, resolveu intervir. Após conhecer outras experiências decidiu que um projecto de iluminação ambicioso poderia fazer a diferença e poderia contribuir de uma forma decisiva para o processo de revitalização urbana. Através de um estudo minucioso identificaram-se quais os pontos que mereciam um tratamento particular, não só os principais monumentos da cidade; mas todos os outros elementos que tornassem a cidade mais legível. À medida que o projecto foi desenvolvido os técnicos foram discutindo as propostas com o poder político, mas também com os habitantes de Conventry e com os agentes económicos. E incorporaram as sugestões, recusando sempre ter uma atitude que não fosse de quem estava ali para trocar/partilhar experiências. O sucesso do projecto resultou sobretudo das acções de concertação (Major, 2003). A dinamização do espaço urbano foi complementada com acções de animação que favoreceram o tecido económico mais tradicional, mas também permitiram o desenvolvimento de uma economia ligada ao turismo.



4. A arte da luz

Um outro domínio em que a luz desempenha um papel central é na criação de eventos culturais que podem dinamizar a vida nocturna dos espaços públicos. São particularmente conhecidas as acções de *marketing territorial* – promover territórios através de eventos de luz - como a Festa da

Luz de Lyon, a Nuit Blanche de Paris ou o Christmas Tree Festival de Genéve. Este verão decorreu Luzboa 04, primeira bienal da luz em Lisboa. O objectivo destes eventos é criar registos artísticos, associando a arte e a cultura, de modo a criar acções de animação em espaços públicos. A Festa da Luz em Lyon nasceu a partir da tradição de uma procissão de velas no dia 8 de Dezembro e como componente efémera do plano de luz implementado depois de 1998. Os artistas são convidados a intervir criando obras de luz que são exibidas durante as três noites do Festival. Na maior parte dos casos são peças efémeras, pura experimentação, mas algumas situações acabam por se traduzir em instalações permanentes como a que requalificou um dos bairros mais degradados da cidade. A presença de milhares de pessoas no centro da cidade, em 2003 terão chegado ao milhão de pessoas numa só noite, impõe a necessidade de criar percursos que obrigam as pessoas a circular entre as várias instalações. Procura-se, por outro lado, que as pessoas não sejam meros espectadores, mas participantes activos no evento. A *Fête des Lumières* 2003 produziu obras com dispositivos relacionais, criando contextos de convivialidade em inúmeras circunstâncias, como no caso da obra de Ron Haselden que projectava em laser os nomes que as crianças escreviam, ou os milhares de velas nas janelas, como uma imensa instalação interactiva à escala da cidade, construída por intermédio da Internet.



Nuitblanche é um evento que dura apenas uma noite, mas que movimenta milhões de visitantes. Instalações que se caracterizam pela espectacularidade ou pela singeleza, fazem as pessoas deambular pela cidade de Paris durante toda uma noite.

No Christmas Tree Festival de Genéve os artistas “vestem” as árvores da cidade, criando obras sugestivas e originais árvores de Natal.

Luzboa é um evento cultural dedicado aos temas da luz e da iluminação em contexto urbano, com relevo para uma programação de arte contemporânea internacional, iniciativas culturais e

animação urbana. Dedicar uma grande iniciativa urbana ao tema da Luz assenta na ideia de que a luz e a iluminação são factores de realização humana e urbanidade. De qualidade de vida. No campo da luz, discursos e saberes pluridisciplinares, com destaque para a ciência e a tecnologia aplicadas na cidade e em prol do bem público, têm à sua frente todas as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento.

Foram três os domínios de acção do evento de 2004: i) arte contemporânea como motor de imagem urbana, realização de projectos nacionais e internacionais de arte contemporânea em que a Luz seja a pedra-de-toque de fenómenos de comunicação geradores de identidade, magia e riqueza visual; ii) desenho urbano de luz, acções de desenho urbano exemplares, visando a renovação simbólica e ambiental da capital, integrando preocupações de qualidade vivencial; iii) Bienal da Luz nas grandes rotas culturais, assegurar a ritualização de uma bienal internacional, integrando a capital nas rotas internacionais do turismo cultural e contribuindo para uma auto-imagem positiva e integradora de Lisboa e Portugal.

Nos eventos de luz em espaço urbano, a luz é, por assim dizer, o pretexto e o *leit-motiv* para uma redescoberta do espaço urbano, das suas virtualidades e das suas potencialidades. A Cultura torna-se estruturante e a Arte um acontecimento de comunicação. Também um território de experimentação colectiva, de debate e diálogo, em rara fusão de públicos.



CONCLUSÕES

A luz artificial pode ser um instrumento de transformação dos territórios contribuindo para a construção de novas paisagens:

- intervindo na requalificação dos espaços, criando ambientes adequados à funcionalidade;

:: ao iluminar edifícios pretende-se revelar o património construído remarcável, dar-lhe uma outra leitura, valorizando pormenores, materiais, por vezes dar-lhe mesmo uma outra materialidade,

:: quando se iluminam espaços públicos conviviais, parques ou jardins, o objectivo é dar-lhes vida torná-los funcionais durante a maior parte do dia, mas ao mesmo tempo torná-los calorosos e atractivos,

:: quando se iluminam espaços comerciais ou de lazer as ambiências procuram ser festivas, alegres,

:: quando se iluminam pontos altos, como torres, depósitos de água, pretende-se criar um referencial para assinalar o território e ajudar na orientação;

- invertendo situações negativas, promovendo planos de iluminação para valorizar espaços em dificuldade;
- criando sentimentos de pertença, de conhecimento dos lugares, dando novos sentidos para a apropriação dos territórios: promovendo uma leitura clara do território, separando o tipo de iluminação de acordo com as tipologias de uso, utilizando as mudanças da luz para orientar;
- valorizando o património construído ou o património natural criando novas percepções, mas nunca perdendo a noção da necessidade de coerência entre a iluminação pública e as iluminações artísticas;
- criando objectos de arte qualificadores dos territórios;
- produzindo *marketing* territorial – promover territórios através de eventos de luz – criando registos artísticos, associando a arte e a cultura.

O trabalho com a luz tem a dupla qualidade do imediatismo e do custo, pois um efeito, uma dada imagem pode ser obtida mais rapidamente e com menor custo do que uma intervenção sobre o material. Os centros comerciais, com uma arquitectura medíocre, que são transformados através da luz, provam que o virtual, o encenado pode tomar o lugar do real, do espaço vivido. Não devemos correr estes riscos.

Bibliografia

aa. vv. (2004), *Luzboa, a arte da luz em Lisboa*. Extramuros, Almada, (no prelo).

- Alves, Teresa (2004), “Geo grafias da noite” *in Luzboa, a arte da luz em Lisboa*. Extramuros, Almada (no prelo).
- Alves, Teresa (2004), « Ruhrgebiet » *in Luzboa, a arte da luz em Lisboa*. Extramuros, Almada (no prelo).
- Combarel, Emmanuel (1995), *Et la lumière recrée la ville*. Programme de la Villa Médicis.
- Fachard, Laurent (2003), « Scénographie au service de la ville » *Ateliê Fazer Céus*. Museu do Fado e da Guitarra, Lisboa.
- Gandelsonas, Mario (2003), « Logique des signes-la nuit américane » *in Penser la ville par la lumière*. Project Urbain, Éditions de la Villette, Paris.
- Gravelaine, Frédérique de (2003), « Éclairer l’urbain et le suburbain » *in Penser la ville par la lumière*. Project Urbain, Éditions de la Villette, Paris.
- Gwiazdzinski, Luc (2000), « La nuit, dernière frontière » *in Les Annales de la Recherche Urbaine*, n°. 87, PUCA.
- Gwiazdzinski, Luc (2003), « Comment retrouver la maîtrise de nos temps ?» *in Penser la ville par la lumière*. Project Urbain, Éditions de la Villette, Paris.
- Kersalé, Yann (2003), « Art-ménagement du territoire » *in Penser la ville par la lumière*. Project Urbain, Éditions de la Villette, Paris.
- Lobo, Manuel Costa (2004), “A cidade e a Luz” *in Luzboa, a arte da luz em Lisboa*. Extramuros, Almada (no prelo).
- Major, Mark (2003), « N’avoir peur ni du noir ni de la lumière » *in Penser la ville par la lumière*. Project Urbain, Éditions de la Villette, Paris.
- Masboungi, Ariella (2003a), «La lumière et ses ombres» *in Penser la ville par la lumière*. Project Urbain, Éditions de la Villette, Paris.
- Narboni, Roger (2003a), « Brève histoire de l’urbanisme lumière » *in Penser la ville par la lumière*. Project Urbain, Éditions de la Villette, Paris.
- Narboni, Roger (2003b), *La lumière et la paysage*. Le Moniteur, Paris.
- Paquot, Thierry (2000), « Le sentiment de la nuit urbaine aux XIX et XX siècles» *in Les Annales de la Recherche Urbaine*, n°. 87, PUCA.
- Serrão, Joel (1979) (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa.